

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 786.756 - SP (2015/0232449-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : **TANCREDO - ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C**  
**ADVOGADO** : **JOSÉ LUIZ PISAPIA RAMOS E OUTRO(S) - SP054713**  
**AGRAVADO** : **ITAU UNIBANCO S.A**  
**ADVOGADO** : **JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE E OUTRO(S) - SP103587**  
**INTERES.** : **LAWRENCE LARROYD TANCREDO**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ (e-STJ fls. 611/614).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 482):

Apelação - Execução por título extrajudicial - Embargos - Cédula de crédito bancário - Título executivo por definição legal - Lei 10.931/04 artigo 28 - Pressupostos da ação executiva que se encontram presentes - Código de Defesa do Consumidor - Inaplicabilidade do CDC, no caso vertente - Contrato firmado por pessoa jurídica - Encargos financeiros - Aplicação da Súmula n. 596 do STF - Art. 192, § 3º, da CF que dependia de regulamentação e que veio a ser revogada - Limitação à taxa de 12% ao ano descabida - É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após a publicação da Medida Provisória nº 1.963-17/2000 (em vigor como MP-2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada - A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada - Prevalhecimento, no caso, da nova orientação acolhida pelo E. Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial n. 973.827-RS, processado nos termos do art. 543-C do CPC - Comissão de permanência - Cobrança cabível, devendo ser limitada, contudo, à taxa de juros remuneratórios fixada no contrato - Aplicação da Súmula nº 472 do STJ - Recurso dos embargantes provido em parte para tanto.

Os embargos de declaração opostos ao julgado foram rejeitados (e-STJ fls. 514/519).

No recurso especial (e-STJ fls. 522/553), fundamentado no art. 105, III, "a" e "c", da CF, a recorrente apontou, além do dissídio jurisprudencial, ofensa aos arts. 3º, 4º, I, 5º, 480, 535, 585, II, 618, § 1º, e 743 do CPC/1973, 7º, I, II e III, da Lei Complementar n. 55/1998, 59, parágrafo único, e 62 da CF, 422 do CC/2002 e 3º, 6º, V, e 51, IV, do CDC, além das Súmulas n. 121 do STF e 297 do STJ. A insurgência cuidou de: (a) negativa de prestação, ao argumento de que "não houve manifestação do Tribunal *a quo* acerca da matéria", além de que "caso sejam rejeitados os declaratórios, continuando a decisão omissa ou contraditória com relação ao ponto a ser prequestionado, caracteriza-se ofensa ao artigo 535 to CPC" (e-STJ fls. 523/524), (b) jurisdicional inconstitucionalidade da Lei n. 10.931/2004, (c) incidência do CDC, (d) ilegalidade da capitalização dos juros, (e) excesso da execução e (f) ausência de liquidez, certeza e exigibilidade do título.

No agravo (e-STJ fls. 617/629), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta apresentada pelo recorrido (e-STJ fls. 632/637).

É o relatório.

Decido.

A irresignação referente à contrariedade ao art. 535 do CPC/1973 merece prosperar.

Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, conforme dispõe o art. 535, I e II, do CPC/1973.

A recorrente sustentou, em declaratórios, omissão a respeito da seguinte tese (e-STJ fls. 505/506):

Nos termos do art. 586, do CPC, a execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível. No caso, porém, não se verifica obrigação certa, líquida e exigível capaz de supedanejar a execução.

Na remota hipótese de ser considerado na íntegra o V. Acórdão, os valores descritos na vestibular executória, não condizem com a verdade contratual e contêm vícios e excesso de execução ao teor da Súmula n. 472 do STJ: "A cobrança de comissão de permanência cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual."

Este Egrégio Sodalício está dando entendimento totalmente diverso ao que dispõe os arts. 420 e ss., do CPC, sendo certo que o magistrado não está obrigado a dispor da prova técnica produzida, mas no caso concreto restou comprovado que o valor cobrado pela Embargante é excessivo, retirando do contrato certeza, a liquidez, e como corolário há excesso de execução, a teor do art. 743, do Código Ritualístico.

O argumento indicado do excesso da execução, tendo em vista a cobrança da comissão de permanência em desacordo com a Súmula n. 472 do STJ, ou seja, cumulada com os demais encargos moratórios, não foi analisado, mesmo após os declaratórios.

Em tais condições, diante da omissão no acórdão recorrido, impõe-se o provimento do recurso especial para que o Tribunal *a quo* se pronuncie sobre a questão, sanando, assim, o vício apontado. Nesse sentido, é a firme jurisprudência desta Corte, como se depreende, exemplificadamente, do seguinte julgado:

PROCESSO CIVIL. DIREITO DAS OBRIGAÇÕES. NOVAÇÃO. POSSIBILIDADE DE ANÁLISE DO NEGÓCIO JURÍDICO ANTEREDENTE. MITIGAÇÃO DO PRINCÍPIO PACTA SUNT SERVANDA. SÚMULA 286 DO STJ. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC CONFIGURADA. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. 1. A violação do art. 535 do CPC configurou-se, no caso dos autos, uma vez que, a despeito da oposição de embargos de declaração, nos quais os recorrentes apontam a existência de omissões, mormente no tocante à possibilidade de exame judicial de supostas ilegalidades substanciais nos contratos celebrados anteriormente à alegada novação com a instituição financeira (fls. 1.052-1.053), o Tribunal não se manifestou de forma satisfatória sobre o apontado vício, consoante se infere do voto condutor às fls. 1.061-1.066. 2. A novação, conquanto modalidade de extinção de obrigação em virtude

# *Superior Tribunal de Justiça*

da constituição de nova obrigação substitutiva da originária, não tem o condão de impedir a revisão dos negócios jurídicos antecedentes, máxime diante da relativização do princípio do pacta sunt servanda, engendrada pela nova concepção do Direito Civil, que impõe o diálogo entre a autonomia privada, a boa-fé e a função social do contrato. Inteligência da Súmula 286 do STJ. 3. Recurso especial provido para determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem.

(REsp n. 866.343/MT, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 2/6/2011, DJe 14/6/2011.)

Diante do exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial para determinar novo julgamento dos embargos de declaração nos termos indicados.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 21 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator